

**ÊNCLISE E PRÓCLISE : GEOMETRIA OU
ÁLGEBRA, MORFOLOGIA OU SINTAXE ?**

Charlotte M. Chambelland Galves
(Universidade de Campinas)

No seu artigo "Cliticização e Tempo em Português Europeu" , Alain Rouveret define duas teorias da cliticização, a **geométrica** e a **algébrica** :

"Construir uma análise **geométrica** da cliticização é supor que a diferença entre ênclise e próclise decorre exclusiva e diretamente das relações de ordem linear e de dominância hierárquica que as categorias têm entre si, sem consideração para as propriedades lexicais dos elementos contidos nessas categorias Numa segunda abordagem, à que se pode chamar de análise **algébrica** da cliticização, a dimensão pertinente é constituída não pela estrutura configuracional em si mas pelas relações de dependência lexical projetadas na estrutura configuracional . Esta análise supõe em particular que a oposição entre ênclise e próclise é relacionável não (exclusivamente)

a uma diferença nas relações geométricas entre categorias, mas a uma diferença no estatuto lexical dos elementos implicados : um verbo que tolera um proclítico não é um núcleo lexical do mesmo tipo que um verbo ladeado por um enclítico ."
(pp 9-10)

Carmen Dobrovie-Sorin, ao estudar a cliticização em romeno, evoca uma outra dicotomia na análise dos clíticos : a concepção **morfológica**, e a concepção **sintática** .

"Duas principais abordagens têm sido adotadas : a) segundo a teoria **morfológica** dos clíticos (Borer 1983), o complexo clítico+verbo é um item lexical formado pelas regras de formação de palavras do léxico, e diretamente inserido na estrutura sintática ... b) segundo a teoria **sintática** dos clíticos (Kayne 1975,1987), o clítico é gerado pelas regras da sintaxe, numa posição sintática distinta da posição do seu hóspede".

Gostaria aqui de propor uma reflexão sobre essa dupla dicotomia para, resolvendo a segunda numa concepção mais harmônica da relação sintaxe / morfologia, fazer pender a balança para o lado de uma análise de tipo algébrico . Apresentarei primeiro, com a brevidade imposta pelos limites deste artigo, duas análises recentes na linha "geométrica": a de Kayne 1990, e a de Dobrovie-Sorin, no texto citado acima .[1]

I. 1 A análise de Kayne 1990

Kayne parte do contraste entre a próclise nas infinitivas do italiano e a ênclise no mesmo contexto em francês, ilustrado em (1) e (2) :

- (1) *parlargli sarebbe un errore*
 (2) *lui parler serait une erreur*

O ponto de partida da sua análise é a hipótese de que os clíticos são invariavelmente gerados em adjunção à esquerda de um núcleo funcional. [2] A posição respectiva do verbo e do clítico depende do movimento do verbo para a direita ou para a esquerda desse núcleo. Em (1) - o italiano-, o clítico é adjungido ao núcleo vazio. Tempo e o verbo é adjungido a TP. [3] depois de passar por uma posição flexional intermediária onde ele toma seu sufixo infinitivo ("INFN"). Em (2) - o francês -, o verbo só move para essa posição intermediária, à qual é adjungido o clítico. Esquemmatizando, (3) corresponde a (1) e (4) a (2) (onde t representa o vestígio do verbo e do sufixo infinitivo) :

- (3) [TP V+INFN] [TP cl-T] [INFN]
 t [VP [v t]
 (4) T ... cl+ [INFN^V+INFN]
 [vp [v t

Um argumento empírico importante para essa análise é a posição dos advérbios em relação ao verbo, que difere nas duas línguas. A posição dos advérbios, dos quantificadores flutuantes e da negação é relevante também para dar

conta de outras línguas românicas, onde outras opções permitidas pela análise são instanciadas. Não é possível, no quadro restrito deste artigo, apresentar a riqueza dos dados nos quais Kayne baseia a sua análise, que é aplicada também à posição do clítico em relação aos participios, e aos verbos finitos em orações encaixadas, e à sua variação nas línguas consideradas. Explicitamente, no início do artigo, Kayne deixa de lado os casos de ênclise no imperativo e nas orações raiz do português europeu (PE).

I.2 A cliticização no romeno : a análise de Dobrovie-Sorin 1990

O romeno apresenta fenômenos de cliticização bastante específicos. A linha geral da análise de Dobrovie-Sorin é muito próxima da de Kayne. A ordem V-cl, atestada nas imperativas afirmativas, e com infinitivos e participios (segundo auxiliares), é explicada pela ordem respectiva das posições em que se encontram o clítico e o verbo. O clítico é gerado numa posição de adjunção a uma projeção de I. E Dobrovie-Sorin argumenta que a ênclise é obtida pela anteposição do verbo em COMP. A estrutura obtida é assim : [4]

(5) [CP [C (adv) V-INFL] [Iⁿ cl [Iⁿ ty-INFL [VP t

Os fatos do português europeu trazem um problema importante para a análise de tipo geométrica : a questão da ordem de palavras. Dobrovie-Sorin, por exemplo, atribui à adjacência entre o verbo e o clítico um papel crucial na legitimação

da ênclise, e prevê a ordem VSO para as línguas que a admitem em frases simples, como seria o caso das línguas românicas arcaicas. Ora, a ênclise é a única opção em português europeu nas frases raiz, com a ordem aparente sujeito lexical, verbo, objeto, como exemplificado em (6) :

(6) A Maria deu-lhe um pedaço de bolo

(7) * A Maria lhe deu um pedaço de bolo

A única maneira de conciliar a análise de Dobrovie-Sorin com esse fato seria considerar que o PE é uma língua "V2", ou seja, uma língua em que, nas frases raiz, o verbo se desloca para COMP, e o sujeito para a posição de especificador de COMP. Note-se que se o sujeito se desloca diretamente de uma posição interna ao VP, sem passar pela posição de especificador de IP, obtém-se a adjacência desejada. A estrutura resultante seria então :

(8) CP[A Maria_i [C deu [Iⁿ lhe [Iⁿ
ty-INFL [VP t_i [VP t

Esta análise encontra dois problemas. O primeiro é que o PE não tem as características gerais das línguas V2 : a presença de um sintagma que não seja o sujeito no início da oração não obriga este a tornar-se pós-verbal. (9) é assim muito mais natural que (10) :

(9) Ontem a Maria deu um pedaço de bolo ao João

(10) ? Ontem deu a Maria um pedaço de bolo ao João

Mas o mais notável é que os verdadeiros efeitos V2, observáveis com elementos quantificadores como *tudo*, *nada*, etc...acarretam a próclise :

(11) Tudo lhe deu a Maria

(12)? Tudo deu-lhe a Maria

Este fato corrobora, aliás, a observação de Dobrovie-Sorin de que a regra subjacente a (5), que ela chama de "anteposição" do verbo não deve ser confundida com o "alçamento" do verbo em COMP, subjacente aos efeitos V2, no qual o verbo carrega o clítico com ele. Parece, portanto, muito difícil conciliar esta análise com os fatos do PE.

Note-se que a análise de Kayne, que atribui ao verbo uma posição de adjunção a TP, não tem esse problema, já que a posição do sujeito não seria o especificador de CP mas uma posição de adjunção a TP. Ou seja, mais que uma língua V2, o português europeu seria uma língua de sujeito "externo", em outras palavras, uma língua em que o sujeito, nas frases raiz, está numa posição de tópico. Ora, esta característica desempenha um papel crucial na análise de Rouveret 1987 e na proposta, não geométrica, que apresentarei no final deste texto. Nesse sentido, as duas abordagens convergem. A questão é agora saber como dar conta da variação interna ao próprio PE. Este é o objetivo central da análise de Rouveret 1989, que apresentarei agora.

II. A análise algébrica da cliticização

II.1 A análise de Rouveret 1989

No PE, a ênclise é obrigatória nas chamadas frases raiz afirmativas, como exemplificado em (6). Em todos os outros contextos, ou seja, nas orações encaixadas com Tempo, nas interrogativas, nas orações com negação, ou com sujeito de tipo quantificador, o clítico é obrigatoriamente pré-verbal, como ilustrado nos seguintes exemplos : [5]

- (13) Sei que te verei .
- (14) O que lhe deste ?
- (15) Não o vi mais .
- (16) Ninguém o conhece .

Rouveret atribui esta variação à posição respectiva de V e Tempo nas diferentes construções. Dois casos se apresentam : 1) depois do movimento de V para INFL, V e Tempo encontram-se na mesma posição, 2) Tempo é gerado em COMP ou movido para COMP, e V fica sozinho em INFL. No primeiro caso, V, adjungido a Tempo, perde as suas propriedades de núcleo, e crucialmente, a possibilidade de carregar um proclítico. É o que acontece nas frases raiz, e é o que explica a ênclise. Em todos os outros contextos, o clítico é pré-verbal, porque, segundo Rouveret, Tempo tem que estar em COMP, e o verbo, sozinho em INFL, pode voltar a comportar-se como um núcleo. O que justifica essa variação na posição de Tempo ? Nas completivas, ele tem que estar em COMP para satisfazer as propriedades de seleção do verbo da matriz, e nas orações contendo um operador (negação, quantificador, sintagma-QU), a subida de Tempo para COMP

é uma consequência da necessidade de Tempo c-comandar esse operador : em INFL, ele não c-comanda nem o sujeito, nem a negação (que domina IP), e ainda menos as expressões QU . O próprio Rouveret aponta para um possível problema conceitual para esta análise : por que razão Tempo em INFL não c-comanda o sujeito, e Tempo em COMP c-comanda o especificador de CP nas estruturas QU já que a relação estrutural é a priori a mesma ? A resposta segundo Rouveret pode encontrar-se em propriedades específicas da estrutura de CP . Proporei abaixo que é antes a estrutura de IP que está em jogo .

II.2 Uma revisão "morfológica" da hipótese algébrica

Baker 1988 define a morfologia como um módulo da gramática comparável às subteorias da ligação, do caso, das funções temáticas, etc... isto é, um conjunto de princípios susceptível de aplicar-se em vários níveis das representações sintáticas, e não só a nível do léxico :

... "a teoria da morfologia" (como podemos chamá-la) pode ser caracterizada como a teoria do que acontece quando uma estrutura complexa da forma [Z° X+Y] é criada . Dessa forma, é paralela a (digamos) a teoria da ligação, que é a teoria das estruturas da forma [NP_i ...NP'_i], onde o subscrito é um índice referencial . A responsabilidade da morfologia é dupla : primeiro, ela determina se uma estrutura dominada por uma categoria de nível X° é gramatical ou não numa

língua dada; segundo, se a estrutura é bem formada, ela lhe atribui uma forma fonológica Por essa perspectiva os mesmos princípios morfológicos podem aplicar-se quando dois morfemas se juntam no léxico, da maneira habitual, ou quando os mesmos morfemas se juntam na sintaxe como resultado da Incorporação ... Uma vantagem suplementar dessa abordagem da relação entre morfologia e sintaxe é que permite que princípios fundamentalmente morfológicos determinem as estruturas sintáticas de várias maneiras ." (pp. 68-69-71) .

E à luz desta teoria da morfologia que queria revisar a análise de Rouveret . A idéia é simples : se existe em português, e nas línguas românicas em geral, um princípio morfológico que define como núcleo de uma palavra o morfema mais à direita (cf Williams 1981), a incorporação de um elemento à direita da palavra tem conseqüências sobre a determinação categorial desta que não ocorrem quando a incorporação se faz à esquerda , da mesma maneira que, na derivação lexical, os sufixos definem a natureza categorial da palavra, enquanto que os prefixos não mudam nada . O clítico sendo nominal, e não mudando a natureza categorial do item verbal, esperar-se-ia que fosse sempre pré-verbal.

Mas o conjunto de hipóteses comumente admitidas hoje em dia nos permite uma visão mais refinada da questão . Duas idéias estão crucialmente em jogo : 1) no decorrer da derivação, o verbo pode sair do VP para afixar-se ao(s) núcleo(s)

funcionais da oração . 2) os componentes de INFL, AGR e Tempo, constituem (pelo menos em certas línguas) núcleos autônomos . [6] A oração contém assim um núcleo nominal : AGR . E quando, numa derivação, V se afixa a AGR, o resultado é um elemento lexical cujo núcleo é +N .

Retomando a hipótese fundamental de Rouveret de que "um verbo suportando um proclítico não é um núcleo lexical do mesmo tipo que um verbo ladeado por um enclítico" , e articulando-a à teoria da morfologia formulada por Baker, levantarei a hipótese de que o que rege a posição pré ou pós verbal do clítico é a natureza nominal ou verbal do *núcleo* ao qual é adjungido em estrutura-S . [7] O clítico está sempre incorporado ao conjunto morfológico que contém V, mas a sua posição depende de qual é o núcleo deste conjunto, que pode ser -N (V e Tempo), ou +N (AGR) . Se utilizarmos uma representação geral da oração onde Tempo domina AGR, como na de Kayne , baseado em Pollock 1989 , há três posições possíveis para (cl) V (cl), em estrutura-S, na oração : a posição básica de V, em VP, a de AGR e a de Tempo . [8] Somente na primeira V é núcleo . Nas outras, ele é adjunto a um outro núcleo . Esse núcleo é [+N] no caso de AGR e [-N] no caso de Tempo . A lógica desta análise nos leva a prever que o clítico só pode ser pós-verbal quando o núcleo da palavra a que está incorporado é AGR, ou seja, quando o verbo saiu do VP mas não subiu até Tempo . Distinguem-se, assim, três possíveis estruturas :

- (a) [TP Tempo [AGRP AGR [VP
 cl-Y
- (b) [TP Tempo [AGRP V-AGR-cl
 [VP t
- (c) [TP cl-Y-AGR-Tense [AGRP
 t [VP t

Só resta agora mostrar que essas estruturas são justificadas para cada caso de ênclise e próclise nas línguas românicas

(a) corresponde ao português brasileiro, se é verdade que o verbo não sai do VP nessa língua (cf Chambelland Galves 1990) . Explica-se assim que uma das diferenças sintáticas mais salientes entre PE e PB seja a colocação dos clíticos : no PB, eles são essencialmente proclíticos, seja nas frases simples, ou nas encaixadas, no tempo finito e no infinitivo . [9] Mas explica-se também a próclise nas infinitivas em francês, onde, contrariamente ao que ocorre em italiano, por exemplo, o verbo não sai do VP (cf Belletti 1988) . Esta análise, como a de Kayne, põe assim em relação a ênclise e a próclise com a existência ou não do movimento do verbo nas infinitivas, cujo efeito é visível na posição da negação, dos advérbios, "dos quantificadores flutuantes " como *todos* (cf Pollock 1989, Chambelland Galves 1990) .

(b) é a estrutura que esta análise associa a todos os casos de ênclise : são os casos em que o núcleo da palavra é AGR, a concordância . A questão fundamental aqui é : qual é a propriedade do PE em relação às outras línguas românicas responsável pelo licenciamento dessa estrutura nas frases raiz finitas ?

Podemos supor que, nas outras línguas, estas são associadas à estrutura (c), já que temos evidências (pela posição da negação, etc...) que o verbo não permanece no VP nas frases finitas (note-se que (a) e (c) correspondem à mesma ordem verbo-clítico). Uma das vantagens desta análise é que ela permite relacionar a ênclise no PE à riqueza de AGR nessa língua, levando-nos a colocar a questão nos seguintes termos: por que em PE o verbo pára em AGR, enquanto que nas outras línguas românicas, ele tem que subir até Tempo? Minha resposta é que isso tem a ver com a posição básica do sujeito. Muita gente admite atualmente que o sujeito é gerado na base numa posição de adjunção a VP, e movido posteriormente para a posição de especificador de um núcleo funcional. Nessa posição básica, o sujeito recebe o seu papel temático. Minha hipótese é que o elemento de concordância em PE é suficientemente forte para ser analisado como um pronome de verdade e que ele satisfaz, portanto, o papel temático externo atribuído pelo verbo. Nessas condições, um NP não pode mais ser licenciado em posição de irmão de VP, já que o sujeito é o próprio AGR. A única posição disponível é a de adjunção a TP. [10] A estrutura-S de uma frase raiz será assim:

(17) NP [TP Tempo [AGRP V-AGR-(cl)]
[VP t

Note-se que (17) representa a hipótese de Rouveret 1987 que o sujeito nas frases raiz é externo à oração, bem como a análise de Rouveret 1989, de que o NP sujeito nessas orações não está no

domínio de Tempo : em (17). Tempo não c-comanda NP . Por isso, alguma coisa deve mudar na oração quando a interpretação dessa posição requer que ela esteja no domínio de Tempo, ou de algum modificador de Tempo, como a negação . No que diz respeito à relação com núcleos superiores, seja nas estruturas QU, seja nas estruturas de complementação, proporei que TP, em (17), é uma barreira . [11] Se V-AGR sobe para Tempo, a concordância entre AGR e NP torna-se uma relação de concordância especificador/núcleo e NP torna-se o especificador de Tempo, que passa a c-comandá-lo . TP deixa, por outro lado, de ser uma barreira para relações com núcleos superiores .

Como mencionei acima, (c) é a estrutura-S das línguas onde o clítico, nas frases com tempo, tem que ser preverbal (exceto o PB) . Nessas línguas, o NP sujeito é gerado na base em posição de irmão de VP, o verbo é alçado para AGR, [12] e o sujeito tem que se mover para uma posição de concordância . Esta não pode ser SPEC/AGRP, se considerarmos que AGR, nas línguas em que é núcleo, tem propriedades pronominais e a co-ocorrência de AGR e o NP co-indexado na mesma projeção máxima é proibida pelo princípio B . A única posição disponível é, então, SPEC/TP . Mas o conjunto V-AGR deve, então, mover-se também para a posição de Tempo, para que a concordância seja possível . A derivação é a seguinte :

Est-D : [TP Tempo [AGRP AGR [vp NP [vp V
 - TP Tempo [AGRP V-AGR [vp NP [vp t
 - NP [TP Tempo [AGRP V-AGR [vp t [vp t
Est-S : [TP NP [T' (cl) V-AGR-Tense
 [AGRP t [vp t

Os limites estreitos deste "squibb" não nos permitem entrar nos detalhes de todas as implicações desta análise. Espero, contudo, que o esboço de argumentação apresentado aqui terá mostrado a íntima relação entre uma concepção morfo-sintática integrada dos clíticos e a análise das estruturas oracionais nas quais aparecem. No quadro geral dos recentes desenvolvimentos teóricos na morfologia e na sintaxe, a espinhosa questão dos clíticos pode até servir de revelador da maneira como, em cada língua, se estabelecem as relações fundamentais entre os núcleos da oração.

NOTAS

1. Uma nota terminológica : mantereí no decorrer do texto os símbolos correspondendo à terminologia inglesa, em particular INFL para *Flexão*, AGR para *Concordância*, bem como IP e AGRP, às suas respectivas projeções máximas, TP, projeção de *Tempo*, e CP, projeção de *COMP*. Usarei também a notação *SPEC'XF* para as posições de especificador.
2. É interessante notar que Kayne baseia essa afirmação na mesma concepção de núcleo de uma palavra que será crucial na análise que proporei abaixo.
3. Segundo Kayne, "a adjunção do infinitivo a IP é realmente compatível com a discussão de Chomsky (1986, 73) das restrições sobre o movimento dos núcleos, pois o infinitivo não volta para uma posição de núcleo evitando assim a criação de um "movimento impróprio".
4. Dobrovie-Sorin propõe que os clíticos adverbiais, particularidade do romeno, são

adjungidos a INFL e se movem com V-INFL para COMP.

5. Para uma apresentação e uma análise dos clíticos no PE, ver também Duarte 1983.

6. Num trabalho anterior (Chambelland Galves 1990) proponho que a existência do núcleo AGR numa língua seja o parâmetro pro-drop, ou seja, o que distingue as línguas que admitem sujeito nulo das línguas que não admitem. Em francês, por exemplo, AGR é dominado por INFL, junto com Tempo.

7. Cabe aqui uma reflexão sobre a diferença entre afixação e cliticização. Consideram-se atualmente os afixos como elementos que subcategorizam uma posição a ser preenchida por uma categoria lexical AGR por exemplo, subcategoriza V, devendo portanto aparecer em superfície afixado a V. Concordo com Dobrovie-Sorin que não é o caso dos clíticos. Mas discordo que seja uma razão para argumentar que os clíticos não sejam de alguma maneira afixados ao verbo. A hipótese que me parece mais atraente sobre a origem dos clíticos é aquela que se funda na sua enorme semelhança com os artigos: tratar-se-ia do núcleo não de NP, mas de um DP (*Determiner phrase*=sintagma determinante) que, na ausência de NP lexical só poderia ser licenciado se incorporando ao verbo, ou, melhor, à palavra contendo o verbo.

8. Considero aqui que o núcleo Tempo não domina o morfema de tempo, como AGR domina o morfema de concordância. Trata-se antes de uma categoria dominando os traços abstratos +/-finito, +/-passado, e eventualmente outros. O morfema de tempo propriamente dito vem afixado diretamente no verbo, e é ligado por este núcleo.

9. A ênclise do pronome clítico *o's* com o infinitivo pode ser considerada como um

uso fossilizado (ao mesmo tempo do pronome e da ênclise), se se comparar com a sistemática próclise encontrada na língua falada com os pronomes *me* e *te*.

10. Em Chambelland Galves 1990, considero que esta adjunção se faz a AGR. A questão é o que autoriza um NP numa posição de adjunção. Na seqüência de um trabalho em andamento, penso que se um NP adjunto não recebe função temática na posição de adjunção, só pode ser licenciado por uma relação de predicação com a máxima projeção da oração.

11. TP pode ser barreira, a priori, de duas maneiras. Por falta de L-marcação, ou por minimalidade. A primeira hipótese só é sustentável se se considerar que o NP sujeito, na posição de adjunção a TP, impede este de ser L-marcado. Contudo, se adotarmos a proposta de varios pesquisadores (cf Baker 1988) de que VP é também selecionado por um núcleo funcional, a geração básica do NP sujeito na posição de adjunção a VP também deveria ser problemática. A segunda hipótese é a meu ver mais interessante. Pode-se supor que a seleção de uma oração implica a seleção de todos os seus núcleos funcionais. Se AGR não está em Tempo, este cria uma barreira por minimalidade para a relação entre COMP e AGR. Donde a obrigação do alçamento nas orações contendo COMP. Na seqüência deste raciocínio, pode-se prever que as línguas que instanciam CP sempre instanciam movimento para Tempo. Isso é compatível com a análise do PB proposta em trabalho anterior: V não sai de VP nem em interrogativas ou completivas porque CP não é instanciado.

12. Em francês, seria INFL (cf nota 6).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, M (1988). *Incorporation*. Chicago, Chicago Press.
- BELLETTI, A (1988). "Generalized Verb Movement. On some differences and similarities between Italian and French." *GLOW Newsletter* 20.
- CHAMBELLAND GALVES, C (1990). "V-movement. Levels of representation, and the structure of S". comunicação apresentada ao 13º GLOW, mimeo, UNICAMP.
- CHOMSKY, N (1986). *Barriers*. Cambridge, Mass. MIT Press.
- DOBROVIE SORIN, C (1990). "Clitic Placement and the rule of Verb Preposing", mimeo, CNRS, UN. Paris VII.
- DUARTE, I (1983) "Variação paramétrica e ordem dos clíticos". *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa.
- KAYNE, R (1990) "Romance clitics and PRO", a ser publicado em *NELS* 20.
- POLLOCK, J.Y (1989) "Verb Movement, UG and the structure of IP". *Linguistic Inquiry*, 20.3, pp 365-424.
- ROUVERET, A (1987) *Syntaxe des dépendances lexicales. Identité et identification dans la théorie syntaxique*. Tese inédita, Un. Paris VII.
- (1989) "Cliticisation et Temps en portugais européen" *Revue des Langues romanes*, 93,2 Montpellier. (tradução para o português em *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17, 1989, UNICAMP, pp 9-37.)
- WILLIAMS, E (1981). "On the notions "lexically related" and "head of a word"". *Linguistic Inquiry*, 12. 2, pp 245-274.